



**escola de gestores**  
da educação básica

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A ADEQUAÇÃO DA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL NA  
REALIDADE DE UMA ESCOLA MUNICIPAL EM NOVA SERRANA/MG**

**GERALDO DE OLIVEIRA LIMA EVANGELISTA**

**BELO HORIZONTE, 2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A ADEQUAÇÃO DA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL NA  
REALIDADE DE UMA ESCOLA MUNICIPAL EM NOVA SERRANA/MG**

Trabalho apresentado como requisito necessário para conclusão do Curso de Pós-Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob a orientação do Professor Renato Lopes dos Santos do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE, 2013**

# FOLHA DE APROVAÇÃO

Geraldo de Oliveira Lima Evangelista

## **A ADEQUAÇÃO DA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL NA REALIDADE DE UMA ESCOLA MUNICIPAL EM NOVA SERRANA/MG**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em \_\_\_\_ de julho de dois mil e treze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

---

Professor

– Avaliador

---

Prof. Renato Lopes dos Santos – Orientador

---

Prof. Geraldo de Oliveira Lima Evangelista – Cursista

## RESUMO

O Presente trabalho “A adequação da escola de tempo integral na realidade de uma escola municipal em Nova Serrana /MG”, trata-se do estudo que apresenta a adequação da Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite, localizada na cidade de Nova Serrana, cidade do centro-oeste mineiro, em uma escola com opção de ensino em tempo integral, que busca a construção de hábitos e valores cidadãos, como uma proposta para aperfeiçoar a qualidade na oferta da educação na instituição. Dessa forma, visa atender uma necessidade da comunidade escolar, através de uma nova possibilidade educativa complementar de aprendizagem, que busca minimizar os problemas atrelados a atual realidade. Sobretudo, apresenta a escola de tempo integral, seus objetivos, o porquê se justifica, as vantagens e as dificuldades em adaptar a instituição para esse modelo educacional. Por fim, destaca o papel da Gestão Escolar, dos Conselhos Escolares e do Poder Público para a realização desse projeto sob a visão do autor a partir da sua experiência pessoal como professor e membro da equipe gestora da unidade de educação de ensino fundamental.

**Palavras-chave:** tempo escolar; espaços escolares; escola integral.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	5
<b>A ADEQUAÇÃO DA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL NA REALIDADE DE UMA ESCOLA MUNICIPAL EM NOVA SERRANA/MG</b> .....	7
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	16
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	18
<b>ANEXO: Projeto Político Pedagógico</b> .....	20

## INTRODUÇÃO

Construir o Projeto Político Pedagógico é projetar o sonho da comunidade escolar, onde a gestão democrática deve ser o ponto de apoio da Educação Nacional, garantindo a participação de todos na sua elaboração. Visto como um processo de democratização e que em tais processos existam diversos problemas, para que esse sonho se torne realidade e nossa população usufrua de uma educação de qualidade, faz-se necessário a elaboração de editais, assembleias e pesquisas com alunos, pais e profissionais da educação; buscando conhecer suas carências e necessidades; ouvir seus comentários, críticas, desejos e o que esperam da escola. A partir dessas informações, colhidas de todos os segmentos da escola, foi então realizado o Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite. Documento esse, que mostra a sua identidade e a realidade da comunidade na qual a escola está inserida.

O Projeto Político Pedagógico reconhece e legitima a instituição educativa como histórica e socialmente situada, constituída por sujeitos culturais que se propõem a desenvolver uma ação educativa a partir de uma unidade de propósitos, na qual se compartilham crenças, desejos, valores e concepções. É um documento de compromisso uma vez que sua elaboração e acompanhamento preveem a participação de toda a comunidade escolar.

A ideia deste trabalho surgiu durante as observações realizadas ao longo de quatro anos, durante o projeto voluntário de escolinha de esportes que realizo na escola. Pude perceber a melhoria na disciplina, na autoestima, o avanço nas notas, além do carinho e respeito com a infraestrutura da escola por parte dos alunos que participavam deste projeto.

Através deste projeto tornei-me vice-diretor escolar por aclamação da comunidade, cargo até então conquistado por indicação do prefeito municipal, uma vez que não existe eleição direta no para gestores escolares no município.

Consegui assim, junto à secretaria municipal de educação que fosse realizado aos sábados um almoço gratuito à comunidade. O projeto passou ainda a contar com mais um monitor para auxiliar-me e a contar também com o projeto de capoeira e

artesanato por oficinairos voluntários. Desta forma, conseguimos trazer a comunidade escolar para dentro da escola, pude aproximar-me ainda mais e ouvir seus elogios, críticas e desejos.

Através dessa experiência, e das conquistas que ela acarretou para a escola, pude concluir que o uso dos espaços escolares para atividades variadas, que não sejam necessariamente a docência e o ensino de conteúdos curriculares; e que o tempo que o aluno passa na escola quando usados para atividades diversas, de interesse da comunidade escolar, são dois importantes aliados para grandes conquistas, tanto educacionais quanto sociais.

Ao escolher o tema “A adequação da escola de tempo integral na realidade de uma escola municipal em Nova Serrana /MG”; pretende-se apresentar, discutir e reavaliar o atual tempo e os espaços na Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite e suas implicações, bem como apresentar a escola de tempo integral como uma nova possibilidade educacional na rotina escolar. Sendo assim, este trabalho objetiva apresentar o atual tempo e os espaços na Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite, em Nova Serrana; discutir seu papel em uma sociedade em transformação, tipicamente industrial, com formação heterogênea onde surge problemas sociais e reavaliar estas questões apresentando a escola de tempo integral como sugestão para minimizar os efeitos do quadro atual sobre essa sociedade.

Os caminhos metodológicos percorridos pelo presente estudo são baseados em citações e considerações de autores que estudaram o tema, tentando preencher questionamentos e explicar questões sobre o papel da escola de tempo integral.

É importante frisar que este trabalho não tem a função de esgotar o tema, mas apresentar aspectos que se considera importantes para que uma escola municipal de uma cidade do interior mineiro pudesse adequar-se a escola de tempo integral e ofertar esse modelo de educação.

## **A ADEQUAÇÃO DA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL NA REALIDADE DE UMA ESCOLA MUNICIPAL EM NOVA SERRANA/MG**

Tempo escolar representa o tempo que o aluno passa numa instituição. Esse tempo deve ser organizado para evitar o desperdício e ser usado de forma construtiva para diminuir a fadiga e a ansiedade. Na Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite (EMMABL), localizada no município de Nova Serrana, Minas Gerais, o tempo escolar representa mais do que isso.

A cidade apresenta um forte setor industrial, sendo considerada a capital nacional do calçado esportivo, por ser a maior fabricante de tênis do país, e isto contribuiu para transformar a cidade no que ela é hoje. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cidade apresentava no ano de 1991 uma população de 17.913 habitantes, crescendo para 37.447 no ano 2000; já em 2010 o número de habitantes cresceu para 73.699. Esse aumento ocorreu principalmente devido a elevada taxa de imigração do município, que recebeu pessoas de diversas cidades do norte e do nordeste de Minas Gerais e também de outros Estados, principalmente do nordeste brasileiro atraídos pela oferta de emprego no setor calçadista.

Esse quadro gerou na cidade muitas transformações. A cultura da cidade tornou-se um misto de todos os seus novos habitantes e até os dias de hoje o município busca por sua identidade cultural. Os serviços básicos como habitação, saúde e segurança sofrem para adaptarem-se a nova realidade e na educação não é diferente.

Na educação, acompanhando o aumento populacional, ocorreu aumento no número de alunos e a necessidade de novos espaços para suprir essa demanda aumentando então o número de escolas a cada ano. As escolas já existentes adaptaram-se através da construção de novas salas de aula, transformação de espaços dentro da escola ou através de espaços anexos alugados, tentando superar essa dificuldade diante da nova ordem social.

A EMMABL surgiu no ano de 2007 a fim de resolver a situação que se estabelecia na Escola Municipal Dona Maria Rosa Soares, como excesso de alunos e a falta de espaço para recebê-los. A nova escola foi construída com doze salas de aula e atualmente o laboratório de ciências está sendo utilizando como sala de aula, além



da construção de mais duas salas e a utilização de um anexo que recebe outras cinco turmas de ensino fundamental, totalizando oito turmas além do projetado inicialmente.

Hoje em Nova Serrana existem seis escolas estaduais, quatorze escolas municipais, cinco escolas municipais rurais, cinco escolas particulares, uma Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), uma escola técnica profissionalizante - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e uma faculdade com três cursos superiores.

Com a maioria de sua população formada por imigrantes nos bairros atendidos pela Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite (EMMABL), em muitos casos os pais não possuem um parente próximo que possa assumir a responsabilidade pelas crianças durante o período que eles estejam trabalhando e elas estejam fora do horário escolar.

Assim, o quadro atual não representa o desejo dessa comunidade escolar no que diz respeito ao aspecto educacional, eis que a escola representa mais do que a instituição que deve oferecer cultura, oportunidade de aprendizagem e conhecimentos curriculares aos seus alunos. Essa comunidade escolar anseia que as escolas assumam a responsabilidade de receber os alunos em maiores períodos de tempo e ofereçam diferentes oportunidades educacionais e sociais enquanto seus pais e responsáveis exercem seu labor sem a preocupação do onde estão ou o que seus filhos estejam fazendo enquanto não estão no período escolar.

Nesse contexto, espaço e tempo são duas dimensões organizacionais escolares e de ações que se complementam e indicam o caráter das práticas pedagógicas. Sob esse olhar, o espaço e tempo não podem ser entendidos como nulos, pois representam uma construção social que expressa às relações que neles se desenvolvem, exteriorizam intenções individuais e coletivas que modificam e constroem a escola, favorecendo um ambiente educativo fundamental à formação do sujeito.

A escola de tempo integral surgiria nessa comunidade como uma solução para minimizar tal problema. “A Educação Integral, significando uma educação escolar

ampliada em suas tarefas sociais e culturais, [...] ofertando aos alunos mais tempo na escola, com oportunidades de aprendizagem.” (MINAS GERAIS, 2013, p. 2).

Mas entender a escola de tempo integral é entender que não se trata apenas de um modelo escolar que oferece maior tempo de permanência do aluno; é entender seus significados, o que a justifica,

A ampliação do tempo diário de escola pode ser entendido e justificado de diferentes formas: (a) ampliação do tempo como forma de se alcançar melhores resultados da ação escolar sobre indivíduos, devido à maior exposição desses às práticas e rotinas escolares; (b) ampliação do tempo como adequação da escola às novas condições da vida urbana, das famílias e particularmente da mulher; (c) ampliação do tempo como parte integrante da mudança da própria concepção de educação escolar, isto é, no papel da escola na vida e na formação do indivíduo. (CAVALIARI, 2002, p.251)

Tal modelo de educação vem sendo testado, discutido e estudado já há alguns anos; sempre buscando apontar a verdadeira vocação da escola na sociedade, que como em Nova Serrana, está sempre em transformação,

O movimento reformador, do início do século XX, refletia a necessidade de se reencontrar a vocação da escola na sociedade urbana de massas, industrializada e democrática. De modo geral, para a corrente pedagógica escolanovista, a reformulação da escola esteve associada à valorização da atividade ou experiência em prática cotidiana [...] Uma série de experiências educacionais escolanovistas desenvolvidas em várias partes do mundo, durante todo o século XX, tinha algumas características básicas que poderiam ser consideradas constituidoras de uma concepção de escola de educação integral. (CAVALIERI, 2002, p.117)

Connel, (1995, p.11) citado por Coelho (1999/2000, p.51), afirma que: “A escola não é exitosa porque não sabe lidar com a pobreza estrutural, socioeconômica, política e cultural da maioria da população que a ela ocorre”; sendo assim, o êxito da escola depende principalmente em saber lidar com a realidade onde está inserida. Na realidade da escola que é objeto deste estudo, falta compreender que os períodos de tempos destinados à prática escolar não são considerados suficientes e satisfatórios a essa comunidade e vem gerando descontentamento. Cabe ressaltar que o bairro onde a escola se localiza é formado pela população de menor poder aquisitivo do município e que compõe a linha de produção de muitas fábricas.

A preocupação decorre em muito do quadro de insegurança que se abate sobre este município. Nova Serrana tem apresentado crescente quadro de violência, com aumento considerável de assaltos e roubos, tráfico de drogas e homicídios, sendo considerada uma das cinco cidades mais violentas do Estado de Minas Gerais.

Seria a escola de tempo integral uma solução? Deve-se observar o que realmente justificaria este modelo educacional, quais seriam seus reais objetivos, o que a escola de tempo integral buscaria alcançar a partir deste modelo em que os alunos passariam mais tempo no ambiente escolar. Em uma cidade em transformação, como é o caso de Nova Serrana, que busca encontrar a sua identidade cultural e social, formar cidadãos conscientes de seu posicionamento na sociedade é imprescindível para alcançar o progresso e a escola deve assumir a responsabilidade em auxiliar as famílias na formação desses cidadãos. O papel da escola, conforme diz Eboli, (1969, p.20) no que diz respeito aos seus alunos é de “torná-los conscientes de seus direitos e deveres, preparando-os para atuar não somente como simples cidadãos ou líderes, mas sempre como agentes do progresso social e econômico”.

É muito simples encarar a escola de tempo integral como uma escola onde o aluno permanece por mais tempo. Muitos questionamentos surgem ao pensar sobre a adaptação da Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite em escola de tempo integral. Como, ou em quanto tempo pretende-se aumentar essa jornada? Como a Secretaria Municipal de Educação encararia esse modelo ainda inexistente no município em escolas de ensino fundamental? Quais os impactos sobre a escola? A escola está preparada? Quais os espaços destinados ao trabalho com alunos em período de contra-turno? Qual seria o currículo? O que mais seria oferecido aos alunos? Qual seria o profissional que contribuiria nesse modelo educacional? Todos os alunos seriam beneficiados pela escola de tempo integral? Quem seriam os responsáveis por este projeto? Quem investiria para isso acontecer? Haveria parceria público-privada? Quais os impactos na sociedade? Essas são apenas algumas perguntas que nos vêm à mente ao pensar na adaptação da atual jornada e no atual modelo da Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite e também das demais escolas do município em um modelo de educação em tempo integral. O

texto referência para o debate nacional sobre o tema escola integral também traz questionamentos sobre o assunto:

Em que medida as jornadas que ampliam o tempo, em relação à duração mínima obrigatória de quatro horas de atividades escolares diárias, podem efetivamente contribuir para uma educação integral em tempo integral? Que demandas esse tipo de experiência, com ampliação de jornada escolar, vem atender? A que condições de funcionamento estão vinculadas essas experiências? [...] Quais os critérios têm sido prioritariamente utilizados para a definição das atividades que comporão um projeto de ampliação da jornada escolar? Necessidades de formação identificadas nos alunos? Recursos materiais e humanos disponíveis? Concepções de educação integral? (BRASIL, 2009, p.129).

Responder a tais perguntas é uma dificuldade, superar tais dificuldades talvez o maior dos desafios da gestão que queira ousar na transformação da escola. Uma certeza, porém, para os vários questionamentos que surgem seria em relação aos professores. Na Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite todos os quarenta e dois professores trabalham em dois turnos, mas somente quatro deles o fazem na escola, o que poderia ser modificado, pois ao passarem mais tempo com os alunos e com sua realidade, poderiam aperfeiçoar sua prática pedagógica e melhor assistilos. Coelho (1999/2000, p. 54) afirma que:

Se seu trabalho desenvolve-se em escola de tempo regular – aproximadamente quatro horas diárias – e de onde sai, apressado para mais um turno de aulas, não há possibilidade concreta por parte dos professores de reflexão para driblar aquelas dificuldades, muito menos tempo para debater sobre essas questões no coletivo, com demais colegas. Ele se torna um ator excluído do enredo que poderia produzir. Não há tempo.

Atualmente a Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite segue um calendário único a todas as escolas da rede municipal de Nova Serrana em acordo também com as escolas estaduais deste município. A divisão do tempo escolar é feita com toda a equipe da Secretaria Municipal de Educação, gestores da rede municipal e estadual, e equipe pedagógica, para a elaboração do calendário escolar anual. Ele é composto de duzentos dias letivos, com oitocentas horas/aula da Educação Infantil ao quinto ano do Ensino Fundamental I e oitocentos e trinta e três horas e vinte minutos do sexto ao nono ano do Ensino Fundamental II e Ensino Médio, onde é previsto início e término do ano letivo com trinta dias de férias escolares, feriados,

recessos, festa junina, momento cívico, dia escolar para treinamento e planejamento pedagógico.

O plano de curso escolar é construído considerando principalmente o calendário escolar. O currículo e os objetivos a serem alcançados no âmbito do ensino-aprendizagem de competências e habilidades são norteados pelo calendário escolar e o número de aulas calculadas por ele. A escola não se esquece da formação cidadã-crítica, mas não a incorpora diretamente e explicitamente ao currículo abordando-a na prática escolar diária. O tempo escolar é um aliado para a organização da instituição e se faz importante, mas, quando analisado sob a ótica do currículo escolar e do que se pretende, não podemos esquecer que:

Um currículo dissociado da realidade, sem ser trabalhado nos interstícios do já conhecido e vivenciado, dificilmente é absorvido/socializado pelas crianças como algo importante para elas. Já o currículo trabalhado em um tempo ampliado, ou seja, integral, possibilita uma abordagem mais qualitativa e interdisciplinar, na medida em que se podem fundir conhecimentos/conceitos educacionais artísticos e culturais, de saúde do mundo do trabalho que levem a uma visão mais abrangente do próprio ato de aprender. (COELHO, 1999/2000, p. 54).

Nesse sentido, ao

Oferecer ao aluno do ensino fundamental, maior tempo de permanência na escola; garante aos alunos os conteúdos do currículo básico, enriquecidos com procedimentos metodológicos inovadores e diversificados, ampliados pela prática de atividades realizadas nas oficinas curriculares; proporcionando alternativas no campo social, cultural, esportivo e tecnológico e incentivar a participação das famílias e da comunidade escolar no cotidiano. (ALMEIDA, 2007, p.7).

A ampliação do tempo escolar por si só, sem a preocupação com o que seria realizado neste tempo complementar, não alcançaria os objetivos de formar cidadãos críticos, conscientes, transformadores, etc., e a escola se tornaria somente um depósito de crianças. Entretanto, a escola de tempo integral já vem sendo analisada com bons olhos pelas políticas públicas, fazendo-se necessária e justificando-se por

Buscar uma ampliação qualificada do tempo, composta por atividades educativas diferenciadas no campo das ciências, da cultura, das artes, das tecnologias, entre outras; articuladas aos componentes curriculares e áreas do conhecimento, bem como as vivências e práticas socioculturais, numa concepção de educação integral que proporcione ao educando seu desenvolvimento físico, cultural, afetivo, social, cognitivo e ético. (MINAS GERAIS, 2013, p. 2).

Outro ponto a ser discutido diz respeito às famílias que não compõem o setor industrial do município ou àqueles que gozam do ambiente familiar quando não estão no ambiente escolar. Esses alunos passariam menos tempo com seus familiares, o que poderia gerar um efeito negativo sobre eles por isso deve-se especificar quem seriam os alunos que contemplariam esse novo modelo educacional. No projeto educação em tempo integral no que diz respeito aos resultados esperados e ao público alvo a quem essa escola deve contemplar, pretende-se:

A ampliação da oferta de educação integral, visando à formação cidadã e à melhoria dos resultados dos indicadores educacionais. Conforme previsto no Plano Decenal de Educação de Minas Gerais, Lei nº 19.481, de 12/01/2011, a oferta de tempo integral deverá priorizar alunos que se encontram em condição de maior vulnerabilidade social. (MINAS GERAIS, 2013, p. 4).

Sabe-se que existem inúmeros fatores que determinam como será o aprendizado dos alunos e que muitos desses fatores estão alheios à escola e agravam esta situação. Conforme mencionado, a vulnerabilidade social é observada na realidade da Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite de maneira explícita. As famílias migram para o município buscando fugir de uma realidade de total degradação e fragilidade. Deparam-se com uma nova realidade, melhor que a vivida anteriormente, mas com novas dificuldades.

Essas famílias ainda não aprenderam ou ainda estão aprendendo a entender a nova situação econômica familiar. Passam a ter crescente necessidade pela conquista de bens materiais, algo comum no mundo capitalista; aumenta o número de pessoas da família que estão inseridas no mercado de trabalho, mesmo ainda em idade escolar devido à facilidade de inserção no mercado de trabalho do município; aumenta o abandono da criança por parte da família, pela ausência física ou mesmo a falta de limites em sua educação familiar, agravado pela indisciplina na atual sociedade. Fato esse confirmado, na medida em que

Professores são praticamente unânimes em atribuir esta situação à omissão das famílias. Por passarem quase doze horas diárias longe dos filhos, os responsáveis ficam com medo de impor limites, [...], além da ausência física. Isso traz consequências graves para a família, a escola e sociedade. Para se educar é necessário tempo com qualidade. Ninguém pode viver fazendo só o que quer e o que gosta. O acesso à educação é um direito dos

cidadãos brasileiros e estar na companhia de pessoas que possam realizar esta tarefa com competência é o desejo de todas na sociedade atual. (CLEMENTE, 2007, p. 52).

O que não pode deixar de ser mencionado é que o direito a educação é uma garantia e que a oferta desse direito deve ser exercida com qualidade e considerando a realidade e as condições locais. Neste aspecto, diante de tudo que foi exposto até aqui, tanto na comunidade escolar apresentada como em todo município de Nova Serrana, a necessidade da oferta de escolas com período integral se faz importante e urgente.

Para que os homens sejam morais, isto é, homens completos no sentido mais amplo do termo são necessárias três coisas: um nascimento higiênico; uma instrução racional e integral, acompanhada de uma educação baseada no respeito pelo trabalho, pela razão, pela igualdade e pela liberdade; e um meio social em que cada indivíduo, gozando em plena liberdade, seja realmente, de direito e de fato, igual a todos os outros. (BKUNIN et al 2002, p. 32).

Assim, a escola em tempo integral seria o local, onde os agentes transformadores agiriam na busca pela formação integral do aluno lembrando-se que

Educação integral não é apenas uma concepção de educação, mas um direito das crianças e dos jovens. É uma educação integral, integrada, integradora e em tempo integral; formadora humana de um sujeito integral; presente nos diferentes espaços culturais e sociais; é uma educação articuladora de conteúdos usualmente curriculares em outros conteúdos culturais, e de permanência diária na escola de período integral. (GADOTTI, 2009, p. 97).

O que também não podemos desconsiderar são os entraves que esse modelo escolar acarretaria. Enumerar todas as dificuldades talvez seja impossível, mas podemos pontuar algumas dificuldades de caráter teórico e outras de caráter prático para a inclusão da escola de tempo integral na Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite.

Dentre os desafios teóricos classificamos como o maior desafio, a emancipação curricular. Na maioria dos casos, como em Nova Serrana, esse currículo vem pronto da Secretaria Municipal de Educação (SME), que está em concordância com as Matrizes Curriculares e/ou Conteúdos Básicos Comuns (CBC). Conteúdos culturais, sociais, esportivos são pouco valorizados e de certa forma até descartados, mas em uma escola onde o tempo é aumentado se tornariam de grande valor e necessidade.

A autonomia escolar, diante do currículo a ser trabalhado, dentro de uma escola de tempo integral, respeitando as particularidades da comunidade onde está localizada a escola, é sem qualquer sombra de dúvida um desafio real, em um município onde a gestão escolar democrática é camuflada, mas verdadeiramente subordinada a decisões políticas e de esferas superiores.

Uma escola integral necessitaria de mais profissionais atuando, sendo eles professores, oficinairos, auxiliares de serviços, etc.; com atualização e treinamento ao novo modelo educacional. A Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite possui boa infraestrutura, no entanto, os espaços escolares já são insuficientes para o atual número de alunos, sendo necessária à utilização de um espaço anexo a escola. Portanto, a existência de alunos em contra-turno caracterizaria outra grande dificuldade que seria solucionada com investimentos, por isso, apontamos, dentre os desafios práticos, a escassez de recurso financeiro municipal como o maior deles.

Para enfrentar e buscar resolver tais problemas, não basta adequar espaços físicos ou equipar escolas, como a atualidade exige: é fundamental uma adesão ao propósito de mudança social por parte de todos os envolvidos, para que se garanta à criança e ao jovem uma digna inserção no mundo globalizado, com um futuro melhor (ALMEIDA, 2007, p. 7).

Entender as dificuldades é o primeiro passo a ser dado, encará-las e buscar soluções é o segundo, não temer pelo desconhecido e ter coragem de agir e se tornar o agente transformador é o terceiro passo; para que tais dificuldades não nos escravizem e impeçam que nos tornemos senhores de uma sociedade cada vez melhor, embora, conforme menciona TEIXEIRA (1994, p. 61) “todos saibam quanto estamos longe dessas metas, mas o desafio do desenvolvimento brasileiro é o de atingi-las no mais curto prazo possível, sob pena de perecermos ao peso do nosso próprio progresso”.

No entender de Libâneo (2006) a adesão de escolas e educadores ao projeto da escola integral estaria diretamente associada “a uma motivação política-eleitoral que se sobrepõe à pedagogia na implantação desse projeto”.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite menciona por várias vezes a busca pela escola de qualidade. Entender que a escola é um espaço em construção em sua comunidade é entender o que esta comunidade escolar deseja deste espaço, o que considera como qualidade e o que a descaracteriza.

Este estudo apresentou o anseio por uma escola que ofereça maior tempo escolar considerando os desejos da sua comunidade e os seus motivos. Motivos esses relevantes e necessários às características onde está inserida esta instituição de ensino e a quem ela acolhe; associados aos benefícios acadêmicos, sociais, culturais, afetivos, etc., que esse modelo de escola traria não somente dos seus contemplados, mas para toda a população do município de Nova Serrana que formaria cidadãos verdadeiramente conscientes de suas atitudes.

Entretanto, esse desejo esbarra em algumas questões. Algumas poderiam ser facilmente solucionadas se fossem tratadas com boa vontade por parte da gestão e do Conselho Escolar, além da Secretaria Municipal de Educação. Outras questões esbarram em investimentos financeiros e daí a necessidade da participação do poder público na aplicação de recursos e na fiscalização dos órgãos competentes de como estes recursos estão sendo aplicados atualmente.

A existência do modelo de escola de tempo integral em Nova Serrana, seria um sonho tangível se as escolas municipais não apresentassem um falso modelo de gestão democrática e os componentes do Conselho Escolar, iniciando pelo gestor escolar, fosse um membro elegível, que representasse verdadeiramente a sua comunidade e estivesse desvinculado do poder público municipal; fato que não acontece nas escolas municipais de Nova Serrana.

Portanto, embora apresente bons objetivos a serem alcançados, seja justificada e necessária a realidade escolar, a adequação da Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite em escola de tempo integral é um sonho ainda distante, que está atrelado

à vontade do poder público e alheio à vontade da comunidade escolar, que não entende sua força; força que seria necessária para a transformação.

A consideração observada talvez mais relevante seja que existe um caminho para transformar a escola, seja ela municipal ou estadual, em Nova Serrana ou em qualquer outro município brasileiro; e este caminho chama-se Gestão Democrática através dos Conselhos Escolares, e que estes sejam verdadeiros e atuantes. A existência da opção da escola de tempo integral na Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite serve como exemplo de como poderíamos usar esses dois elementos, o tempo e o espaço, como nossos aliados; no entanto, este desejo ainda está atrelado ao poder público e à sua boa vontade e alheio aos desejos da comunidade, e no que ela considera ser uma questão importante para a qualidade na educação pública no município de Nova Serrana/ MG.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Denise de. **Escola de tempo integral**: uma escola diferente ou a escola que faz a diferença? São Bernardo do Campo, 2007, p.7.

BKUNIN, Mikhail. In: COELHO, Ligia Martha Coimbra e CAVALIERI, Ana Maria Vilela (orgs). **Educação brasileira e(m) tempo integral**. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação Integral: texto referência para o debate nacional**. Brasília: MEC, SECAD, 2009. (Série Mais Educação).

CAVALIERI, A. M. V. **Educação integral**: uma nova identidade para a escola brasileira? *educação e sociedade*. campinas, v.23, n.81 p. 251. 2002.

CAVALIERE, Ana Maria. **Qualidade e racionalidade do tempo de escola**: debates no Brasil e no Mundo. *Teias*, Rio de Janeiro, n.6, p. 117, jul./dez/ 2002.

CLEMENTE, Cintia. **Educação em tempo integral**: segredo de qualidade. *Revista de Educação do Cogeime*. Ano 15. N. 28. Junho de 2006.

COELHO, Ligia Martha Coimbra da Costa. **Brasil e escola pública de tempo integral**: por que não. p.51. Dezembro/Fevereiro de 1999/2000.

COELHO, Ligia Martha Coimbra da Costa. **Brasil e escola pública de tempo integral**: por que não. p. 54. Dezembro/Fevereiro de 1999/2000.

EBOLI, Terezinha. **Uma experiência de tempo integral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas - FGV, 1969.

GADOTTI, M. **Educação integral no Brasil**: inovações em processo. São Paulo: Instituto Paulo Freire. 2009. p. 97.

LIBANEO, Jose Carlos. **Valerá a pena investir dinheiro público na escola de tempo integral?** Mesa redonda no Colóquio da Linha de Teorias da Educação, do Mestrado em Educação da UCG, novembro de 2006.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais. Projeto Estratégico Educação em Tempo Integral - Programa Estruturador Educação Para Crescer. Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica. 2013, p. 2-4.

PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO. Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite. Nova Serrana- MG, 2013. 39p.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio**. 5ª. Ed. Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 1994, p.61.

**ANEXO: Projeto Político Pedagógico**



**ESCOLA MUNICIPAL MARIA ALVES DE BRITO LEITE**

**PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO  
CONSTRUÇÃO DA ESCOLA DE QUALIDADE**

**ELIANE MARIA DE GOIS MORATO  
GERALDO DE OLIVEIRA LIMA EVANGELISTA  
HERMAS ALVES FERREIRA  
NORMA CÉLIA SANTIAGO**

**BELO HORIZONTE, 2013**

# **ESCOLA MUNICIPAL MARIA ALVES DE BRITO LEITE**

## **PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO CONSTRUÇÃO DA ESCOLA DE QUALIDADE**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Marly Olívia Ribeiro e Silva do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE, 2013**

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>3</b>
<b>1. FINALIDADES DA ESCOLA.....</b>	<b>8</b>
<b>2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....</b>	<b>11</b>
<b>3. CURRÍCULO .....</b>	<b>6</b>
<b>4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES.....</b>	<b>20</b>
<b>5. PROCESSOS DE DECISÃO.....</b>	<b>22</b>
<b>6. RELAÇÕES DE TRABALHO.....</b>	<b>25</b>
<b>7. AVALIAÇÃO .....</b>	<b>28</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>32</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>34</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>38</b>



## INTRODUÇÃO

*“Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre”.*

PAULO FREIRE

Construir o Projeto Político Pedagógico é projetar o sonho da comunidade escolar, efetivando uma conquista da Constituição Brasileira de 1988 e reiterada na Lei de Diretrizes e Bases de 1996, onde a gestão democrática deve ser o ponto de apoio da Educação Nacional, garantindo a participação dos profissionais de educação na sua elaboração. Embora visto como um processo de democratização, e que em tais processos existam diversos problemas, para que esse sonho se torne realidade e nossa população usufrua de uma educação de qualidade faz-se necessário a elaboração de editais, assembleias, pesquisas de campo com alunos, pais e profissionais da educação.

Partindo dessa premissa e da avaliação sobre a realidade da escola e da necessidade de enfrentar os desafios da modernidade, de constantes mudanças e grandes avanços, foi realizado com todos os segmentos da escola, o Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite. Documento esse, que mostra a sua identidade e a realidade da comunidade na qual a escola está inserida.

O Projeto Político Pedagógico tem o papel de estabelecer a conexão entre os sujeitos escolares e a instituição, suas particularidades e seus desejos a partir de práticas educativas norteadas por um propósito reconhecendo assim a função social desta instituição. O PPP deve verdadeiramente, apresentar a escola, suas limitações, potencialidades e sua cultura. É um documento de compromisso uma vez que sua elaboração e acompanhamento preveem a participação de toda a comunidade escolar.

A construção do PPP se dá num cenário de intensas transformações na sociedade contemporânea em que é necessário retomar o sentido do trabalho escolar, bem como o papel das escolas e dos professores na

construção de uma educação de qualidade social, considerando as necessidades dos atuais usuários da escola pública. (OLIVEIRA, 2010, s/p.)

Após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei Nº. 9394/96, que regulamenta a Constituição Federal, no âmbito da gestão democrática, inicia-se oficialmente nas escolas a prática concreta de construção do Projeto Político Pedagógico (PPP), que deve expressar qual é o cerne, o eixo e finalidade da produção do trabalho escolar.

Com o objetivo de buscar a qualidade do ensino na escola pública, essa construção acontece também na Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite, criada no dia trinta e um de agosto do ano de dois mil e seis e inaugurada no dia quatorze de setembro de dois mil e sete, funcionando como segundo endereço da Escola Municipal Maria Rosa Soares, mas partir do ano de dois mil e nove, passa a ter seu próprio CNPJ.

Esta instituição surge da necessidade de atender os Bairros Itapoã, Santo Antônio, Santa Sara e adjacências, devido ao progresso e crescimento demográfico da cidade. Atende as modalidades de Educação Infantil e Ensino Fundamental do primeiro ao nono ano.

Esta unidade pertence à rede Municipal de Ensino, está situada à Rua Quinze, nº 202, Bairro Itapoã na cidade de Nova Serrana – MG, CEP: 35519-000 telefone (37) 3225-3979, E-MAIL: emmariaalvesdebrito@hotmail.com, localizada na zona Urbana com CNPJ: 10.885.528- 0001/49, pertence à 12ª Superintendência Regional de Ensino de Divinópolis.

A Gestão da Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite, possui como característica uma gestão democrática e participativa que busca uma visão ideal de sociedade e formação humana para o pleno exercício da cidadania. O processo de escolha do gestor é feito através de indicação pelo Prefeito Municipal juntamente com a secretária de educação observando critérios pré estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação (SME).

A gestão tem como parceria o conselho escolar que é composto por membros de vários segmentos da comunidade local e escolar; garantindo assim uma adequada aplicação dos recursos destinados à escola. Esse possibilita um planejamento e estabelecimento de prioridades para a escola e toda comunidade escolar.

O Conselho Escolar têm ampla autonomia nas decisões quanto ao acompanhamento, avaliação e à aplicação dos recursos e dos repasses feito pelos sistemas Federais, Estaduais e Municipais. Todo o processo de decisão realizada pelo Conselho deve partir de atitudes democráticas, pautadas por discussões, propostas e decisões realizadas em assembléia formada pelos diferentes segmentos escolares. Conforme Oliveira (2010, p.5), “A construção do projeto político pedagógico da escola, traz à tona questões ligadas à gestão escolar, englobando as questões pedagógicas, administrativas e financeiras”.

Considerando essa afirmativa, a Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite desenvolve formas democráticas de organização, gestão e funcionamento. Dá atenção à melhoria dos processos formativos, à utilização transparente dos recursos e à melhoria das relações de trabalho em seu interior e, para ajudar no desenvolvimento do trabalho, conta com uma equipe formada por oitenta e dois funcionários. A escola possui um quadro de oitocentos e cinco alunos até o presente momento, divididos nos turnos matutino, vespertino.

A rede física é dividida em três blocos: o bloco central é composto por uma sala para a diretoria; uma secretaria de fácil acesso; uma sala para os professores com dois banheiros, sendo um masculino e um feminino; uma sala para o psicopedagogo e para as pedagogas contendo materiais pedagógicos para que seus atendimentos sejam adequados; uma cantina pequena, um refeitório com quatro mesas e oito bancos grandes de madeira para que os alunos tenham um bom momento de refeição.

A escola conta também com uma sala para laboratório de ciências que tem sido usada como sala de aula; almoxarifado de alimentos e almoxarifado de produtos de limpeza, pequenos; dois banheiros separados por sexo para os alunos, com boas condições de funcionamento, sendo estes sem adaptação para pessoas com necessidades especiais; laboratório de informática, com dezesseis computadores destinados aos alunos e uma sala de aula ventilada e bem iluminada, com quadro negro.

O bloco lateral superior conta com seis salas de aula ventiladas e bem iluminadas, com quadros negros; dois banheiros, sendo um masculino e um feminino, com boas condições de funcionamento, adaptados para pessoas com necessidades especiais.

O bloco lateral inferior é composto por uma biblioteca com excelente acervo bibliográfico que atende aos alunos e professores da escola e a clientela do bairro, além de seis salas de aula ventiladas e bem iluminadas, com quadros negros. Possui uma quadra esportiva com cobertura, que atende os alunos e à comunidade durante o período letivo e também os finais de semana.

A escola trabalha em parceria com a comunidade e é usada também nos finais de semana para treinamento das equipes esportivas escolares, aulas de catequese, escolinha dominical, trabalhos da pastoral católica e para jogos recreativos em horários previamente estipulados para a prática esportiva da comunidade, além de ser cedida para outros eventos da comunidade.

A escola atende um número considerável de pais analfabetos, que vivem na condição de extrema pobreza e acentuam com isso os problemas de ordem social, econômica e cultural. A equipe da Secretária Municipal de Educação (SME) trabalha conjuntamente com a escola oferecendo apoio técnico e pedagógico.

Conta também com o Centro de Referência e Apoio a Educação Inclusiva (CRAEI) que atende as escolas municipais com especialistas como psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogas, assistentes sociais, psicopedagogas, pedagogas e professores de recuperação, o Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) com atendimentos e oficinas para as famílias e os alunos e também a Assistência Social do município com consultas, médicos neurologistas e com medicações às famílias carentes.

A escola está situada na Cidade de Nova Serrana, Capital Nacional do Calçado Esportivo. Razão pela qual há uma constante imigração de pessoas oriundas de vários estados do Brasil. A imigração se dá pela grande oferta de empregos oferecida pelas indústrias calçadistas a essas famílias, onde retiram seu sustento. Em contrapartida, o desenvolvimento gera na cidade um grande índice de criminalidade devido à violência, alcoolismo, prostituição, drogas e assaltos.

A Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite pretende em seu dia-a-dia oferecer a oportunidade de formação aos alunos, tanto em caráter acadêmico quanto para que sejam cidadãos formadores de uma sociedade ampla e democrática. Mesmo sabendo da dificuldade desde processo, que deve ser diário, contínuo, de médio e

longo prazo e que inicia-se na família e complementa-se na escola, essa não foge a sua responsabilidade e mobiliza todos que fazem parte desta instituição e busca auxílio em outros órgãos públicos para alcançar o sucesso deste processo.

Em pleno século XXI é emergente a necessidade de empreender uma proposta de trabalho coletiva, que ofereça subsídios para vencer as barreiras e entraves que viabilizem a construção de uma escola pública de qualidade, que eduque de fato para o exercício pleno da cidadania. Uma escola de valores, de ações transformadoras necessita entender o mundo globalizado e contextualizar essa realidade, lembrando-se sempre que ações singulares contribuem para avanços, mas são as ações coletivas que surtirão efeitos e tornarão a escola cada vez mais democrática e formadora de alunos que entenderão o funcionamento e a leitura de mundo.

A elaboração desse Projeto Político Pedagógico representa esse fortalecimento, uma vez que possibilita o desenvolvimento da consciência das famílias, alunos e profissionais envolvidos, através da reflexão sobre os diferentes temas que o compõe e sobre a importância histórica dessa prática para a elaboração de diferentes propostas de mudança. Uma escola que representa o instrumento real de transformação social.

Mas sabe-se que a escola sozinha não consegue enfrentar a tarefa de formar o cidadão, uma vez que essa formação vai além de seus muros. Ela é forjada no dia a dia da relação entre os sujeitos no interior da escola, na relação da escola com a família e com toda comunidade escolar, a exemplo da elaboração desse projeto, que tem apresentado contribuições relevantes nesse processo. Daí, a necessidade de sua implementação.

## 1. FINALIDADES DA ESCOLA

*“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua produção. Quem ensina, aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender”.*

PAULO FREIRE

Explicitar a finalidade da Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite, significa estabelecer a razão de ser e o sentido social dessa instituição. Para tanto, é necessário que todos os agentes da educação compreendam o seu papel e a sua especificidade. Ou seja, as crianças e adolescentes devem ser vistos como sujeitos de direitos e cuidados e a educação deve ser vista como complementação à ação da família e da comunidade.

A Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite busca desenvolver nos alunos dentro de suas diversidades culturais, as capacidades cognitivas, afetivas, estruturais, físicas e de responsabilidades individuais no âmbito social, preparando os mesmos para o pleno exercício da democracia com visão de cidadania que busca seus direitos e deveres.

Esta instituição busca preservar os valores sociais, éticos e morais que se perderam com a sociedade moderna e com o progresso, retendo, discutindo, cristalizando valores que a própria família já não tem condições de identificar. A escola se ocupa, também, em abordar questões e assuntos presentes em diferentes períodos históricos. Para tanto, deve ser um espaço de formação e informação em que a aprendizagem favoreça a inserção do aluno, no dia a dia das questões sociais marcantes em um universo cultural maior, para que se desenvolva também enquanto cidadão.

A educação é essencialmente uma prática social presente em diferentes espaços e momentos da produção da vida social. Nesse contexto, a educação escolar, objeto de políticas públicas, cumpre destacado papel nos processos formativos por meio dos diferentes níveis, ciclos e modalidades educativas. (DOURADO, 2010, p.3)

Para cumprir essa finalidade, é necessário então definir o processo de desenvolvimento e aprendizagem das crianças, respeitando a integralidade desse processo, nas suas várias dimensões. Na elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP), deve-se levar em conta que as instituições que se propõem a trabalhar com esse nível educacional, são consideradas instituições educativas de caráter coletivo, cujo papel social é sim educar e instruir, mas não somente isso. A escola deve também orientar e criar estratégias para que os alunos possam imputar de conhecimentos. E estes são os compromissos da Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite. Um compromisso com a cidadania.

Dentro dos desafios que se apresentam à vida moderna, a educação se constitui no mais complexo compromisso com que se depara a família. A tarefa de educar é primordialmente a tarefa de selecionar, organizar e cristalizar valores no educando. Todos querem filhos honestos, de caráter ameno e de natureza tolerante. Todos buscam educar seus filhos para o bem comum, a autonomia e a independência em todos os sentidos. (ABDALLA, 2000, p.11)

A Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite, zela pela permanência do aluno, almejando sempre pelo seu lado cultural, político, social, profissional e humano, visa formar alunos conscientes e críticos para a construção de uma sociedade melhor, mais justa e igualitária.

A evasão é uma preocupação constante, por isso a escola procura informar aos familiares sobre a ausência dos alunos pelo período de três dias consecutivos através de documentação formalizada. Se o problema persiste é acionado o Conselho Tutelar da cidade para que ajude a trazer o aluno novamente para o convívio escolar e se o Conselho Tutelar não resolve, o caso é levado para o Promotor da Vara da Infância e Juventude.

[...] Todos os membros da comunidade escolar são capazes de perceber e refletir sobre as conexões e a sua realidade local e as questões sociais mais amplas, sobre as suas expectativas e dominantes no conjunto da sociedade, sobre os conflitos de interesse produzidos por uma sociedade marcada por tantas desigualdades como a nossa. [...] ( MASAGÃO, 2005, p. 247).

Quanto ao desempenho dos alunos, são feitas reuniões bimestralmente com as famílias juntamente com toda a equipe pedagógica sobre o desenvolvimento da

aprendizagem, com isso busca-se o incentivo e a participação na vida escolar de seus filhos, gerando um bom entrosamento entre escola/família/comunidade.



## 2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura geral do sistema educacional decorre da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9394/96 que se vincula às diretrizes gerais da Constituição Federal de 1988, bem como às respectivas Emendas Constitucionais em vigor.

Observar e avaliar como a escola está organizada para sua prática diária é uma forma de criticar e buscar por ações que venham alicerçar a consciência dos que ali estão quanto as suas responsabilidades enquanto sujeitos formadores e construtores de cidadãos críticos.

Enquanto a estrutura administrativa está relacionada e gestão propriamente dita, a estrutura pedagógica correlaciona-se a aprendizagem e as suas relações. Na estrutura da Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite, não existe separação entre o que é competência administrativa ou pedagógica que são dois tipos básicos de estruturas comuns às escolas. Entende-se a necessidade da caminhada em conjunto, respeitando as características de cada estrutura. Na direção geral, encontra-se o gestor e dois vice diretores, que estabelecem medidas administrativas, técnicas e de serviços gerais necessários para organização e funcionamento.

A escola conta com quatro pedagogos que revezam em dois turnos. Eles são responsáveis pela execução eficaz da proposta pedagógica e desenvolvimento pleno dos objetivos educacionais e um psicopedagogo para acompanhar os alunos com déficit de aprendizagem. Juntos, eles acompanham e ajudam a promover a aprendizagem intelectual, afetiva, ética, religiosa, social e política. Trabalham em consenso numa parceria de reflexão, de crítica e autocrítica, ajuda aos professores nos métodos, técnicas e procedimentos de ensino, no currículo, avaliação e recuperação dos alunos.

Na secretaria, a escola conta com um secretário e três auxiliares de educação que realizam todo o serviço de escrituração financeira, documentação escolar, organização da vida funcional do corpo docente, discente e técnico-administrativo, bem como arquivo e expedição de correspondência comercial. Na equipe técnico-

administrativa, são dois auxiliares de biblioteca, quatorze auxiliares de serviços gerais, dois porteiros, dois vigias que trabalham em forma de revezamento, duas monitoras responsáveis pela execução de tarefas de natureza burocrática, de manutenção e conservação do patrimônio.

Para compor o corpo docente, a escola conta com quatro professores de Educação Infantil, dezesseis professores regentes de turma do primeiro ao quinto ano, dois professores eventuais em substituição aos professores regentes, dezoito professores do sexto ao nono ano e dois professores de informática. Esses profissionais têm como função orientar, promover o processo ensino-aprendizagem, planejar e avaliar buscando sempre a efetivação da aprendizagem. Atuam como profissionais e cidadãos que interferem na realidade econômica, cultural, política e social.

Nessa perspectiva, a estrutura da Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite, preza pela organização e tem profissionais que agem como referência em tratamento e solução dos diversos assuntos, sem valorizar o que é administrativo ou pedagógico ou quem faz parte desta ou daquela estrutura. Uma organização que possibilita a participação e a construção por todos, com objetivos cooperativamente definidos, construídos e avaliados pelo grupo. Uma organização que prioriza a formação para a cidadania.

A concepção de um projeto deve apresentar características tais como: ser processo participativo de decisões; preocupar-se em instaurar uma forma de organização de trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições; explicitar princípios baseados na autonomia da escola, na solidariedade entre os agentes educativos e no estímulo à participação de todos no projeto comum e coletivo; conter opções explícitas na direção de superar problemas no decorrer do trabalho educativo voltado para uma realidade específica; explicitar o compromisso com a formação do cidadão. (VEIGA, 2001, p. 11),

Na atualidade, a educação vem caminhando em direção a essa proposta. Uma educação voltada para a cidadania, uma educação realmente democrática, participativa e que prima pela qualidade. E o papel do professor na Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite, é realizar tais mediações para que o aluno possa encontrar sentido naquilo que está aprendendo.

Acredita-se então, que ao trabalhar com a pedagogia de projetos;

[...] o aluno aprende no processo de produzir, de levantar dúvidas, de pesquisar e criar relações que incentivam novas buscas, novas descobertas, compreensão e reconstrução do conhecimento. E, portanto, o papel do professor deixa de ser aquele que ensina por meio da transmissão de informações – que tem como centro do processo a atuação do professor -, para criar situações de aprendizagem cujo foco incide sobre as relações que se estabelecem neste processo, [...] (PRADO, p. 2),

Entre os projetos que mais se destacam nesta escola, estão os Jogos Escolares internos e externos e Construindo Valores, que tratam dos princípios de civismo e civilidade com foco em Bullying, uma parceria com o grupo Jovens a Caminho da Cidadania (JCC).

O Meio Ambiente também é tema de reflexão e neste sentido, destaca-se o projeto “Como Cuidar do Meio Ambiente” em parceria com a RODONAVES, Transportadora de Nova Serrana, que faz a recuperação da lagoa, nas proximidades da escola. O projeto "Escola Limpa", que trabalha a coleta seletiva e o Projeto "Visita ao lixão" têm o objetivo de despertar a consciência do aluno no sentido de preservar.

O projeto Bons Leitores Grandes Escritores e o Projeto Literário, também merecem destaque, porque incentivam a leitura e a pesquisa, assim como os projetos Patriota em minha terra – migrantes; Consciência Negra; Semana das Crianças; Semeando; Carnaval, Poesia, Circo, Minha Escola, Festa Junina, Folclore, Semana da Pátria, dia do Educador, Gincana Ecológica, Ação de Graças; Natal; Campeonatos de Fatos, de Leitura e de Escrita, Adaptação Escolar; Projeto Alfabetização (nome, leitura, poesia) e o Projeto Semana da Alimentação.

A Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite também promove palestras com temas diversos como Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), Violência Física e Moral, Família na Escola, Valor da Família na Sociedade, Cidadania Consciência e Prevenção de Saúde na Escola e Comunidade (PSEC), além de viagens culturais ao Serviço Social do Comércio (SESC) e ao Serviço Social da Indústria (SESI), ambos da Cidade de Bom Despacho; à Gruta de Maquiné; ao Arcelor Mital, que é a maior siderurgia do mundo guiada por uma filosofia de produzir seguro, aço sustentável, é a principal fornecedora de produtos de aço de qualidade em todos os principais mercados, incluindo automotivo, construção, eletrodomésticos e embalagens.

Na esfera social, a escola intervém junto às famílias carentes ofertando consultas oftalmológicas e também ajudando na aquisição de óculos para os deficientes

visuais. Para aprimorar o desenvolvimento da aprendizagem são oferecidas aulas de reforço para os alunos com déficit de aprendizagem fora do turno de estudo além de disponibilizar consultas neurológicas para os alunos que apresentam este déficit na aprendizagem de maneira preocupante.

E para buscar melhor aperfeiçoamento dos profissionais da Educação, as escolas juntamente com a Secretaria Municipal de Educação (SME) e Secretaria Estadual de Educação (SEE), promovem cursos de capacitação para elevar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e do ensino aprendizagem. A partir daí (re) elabora o Plano de Intervenção Pedagógica(PIP) buscando sanar as defasagens da aprendizagem e identificar e avaliar as práticas pedagógicas dos docentes.

Mensalmente, a equipe Pedagógica reúne com todos os profissionais regentes (Módulo II) para discutir e avaliar os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), Conteúdo Básico Comum (CBC), Currículo, Regimento Interno, Projeto Político Pedagógico (PPP), os cadernos do Centro de Aperfeiçoamento de Leitura e Escrita (CEALE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Guia do Professor Alfabetizador, estudo de diretrizes, leis e resoluções.

O objetivo é planejar as atividades pedagógicas e executá-las de acordo com as exigências curriculares estabelecidas pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.

A equipe administrativa desta instituição realiza a gestão dos recursos humanos, físicos e financeiros. Os recursos humanos são geridos pela Secretaria Municipal de Educação (SME) de Nova Serrana - Minas Gerais. Os recursos físicos e financeiros são destinados pelo Plano de Desenvolvimento da Educação Básica e são geridos pelos membros do Caixa Escolar e do Colegiado através de reuniões com representantes de todos os segmentos da escola, visando sempre à melhoria das condições de aprendizagem e a busca pela qualidade na educação.

[...] a construção coletiva do PDE – Plano de Desenvolvimento da Escola colocada em ação pelo empenho e pela capacidade e habilidade do coletivo da escola determinarão certamente a configuração de um PDE rico e dinâmico, verdadeiro instrumento propulsor de mudanças e de gestão escolar democrática. (BRASIL, SEE-MG, 1997,p.5)

O Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) é um instrumento financeiro importante. A Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite não foi ainda contemplada com o recurso, mas a direção recebeu treinamento e capacitação oferecida pela SME na cidade de Cláudio - Minas Gerais para aprender a conhecer o sistema. As escolas que recebem os recursos do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) podem realizar reformas, ampliações do acervo pedagógico, bibliográfico e de mobiliários, buscando sempre a promoção e a efetiva aprendizagem dos alunos.

### 3. CURRÍCULO

O currículo deve ser entendido como prática pedagógica e ganha sua concretude no fazer pedagógico, isto significa que ele precisa ter como pressuposto os princípios estabelecidos no Projeto Político Pedagógico (PPP) construído coletivamente.

Ele deve ser voltado para a realidade dos alunos tendo como característica principal a construção histórico-social. Por isso, não pode ser visto como um produto final, mas sempre em transformação.

O Currículo é o conjunto de todas as experiências escolares de conhecimento proporcionados aos estudantes, portanto se constrói na instituição escolar, nos acordos e conflitos diários no interior dessas instituições. Se o Currículo, evidentemente, é algo que se constroem, seus conteúdos e sua forma última não podem ser indiferentes aos contextos nos quais se configura. (LOPES, 2000, p.19).

As legislações que fazem referência ao Plano Curricular da Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite, são as seguintes: Lei 12.767/98, sobre os Direitos Humanos, integrados a todos os componentes curriculares da Base Nacional Comum; Lei 9795/99, Educação Ambiental, integrada aos componentes Curriculares Geografia e Ciências; Lei 13.411/99, sobre uso de Drogas, dependência química que permeiam o conteúdo de Ciências e Direitos Humanos que permeia o conteúdo de Língua Portuguesa;

Também fazem referência ao Plano Curricular da escola a Lei 11.645/08 e Res. SEE nº 1159/08, História e Cultura Afro- brasileira e dos povos indígenas brasileiros que permeiam todos os conteúdos em especial, Arte, História e Língua Portuguesa; Lei 12491/97, Orientação Sexual trabalhada no conteúdo de Ciências; Lei 11525/07 e Res. SEE nº 137/09 com os conteúdos referentes ao Direito das Crianças e Adolescentes ministrados em todo o currículo escolar, em especial, Língua Portuguesa, Geografia e História; Lei número 11.769/08 – Música – Conteúdo Obrigatório do Ensino de Arte.

O Plano Curricular desta instituição está organizado no nível de Ensino da Educação Infantil turno diurno, de cinco anos de idade, tendo como eixo de trabalho a Formação Pessoal e Social, Conhecimentos de Mundo, Identidade e Autonomia, Movimento, Música, Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade

e Matemática, perfazendo um total de vinte aulas semanais e oitocentas horas anuais. São destinados quinze minutos ao dia para o recreio resultando em cinquenta horas/ano com um total geral de oitocentas e cinquenta horas anuais.

A duração do módulo/aula é de quarenta e oito minutos do primeiro ao quinto ano e cinquenta minutos do sexto ao nono ano, com duzentos dias letivos, quarenta semanas anuais, cinco dias semanais, com recreio de quinze minutos ao dia e a duração do turno é de quatro horas e quinze minutos do primeiro ao quinto ano e quatro horas e vinte e cinco minutos do sexto ao nono ano.

O Plano Curricular do Ensino Fundamental de nove anos do turno diurno está definido nos anos iniciais do Ciclo de Alfabetização (1º ao 3º ano), Ciclo Complementar (4º e 5º anos), Ciclo Intermediário (6º e 7º anos) e Ciclo da Consolidação (8º e 9º anos) na Base Nacional Comum; esta nova Resolução tem como base a LDB 9394/96 de 20/12/96, Resolução 2197/12.

São oferecidas cinco aulas de Língua Portuguesa para o primeiro ano e do sexto ao nono ano. Do segundo ao quinto ano são seis aulas. O Componente Curricular de Matemática apresenta com cinco aulas do primeiro, quatro até o nono ano e no segundo e terceiro ano, com seis aulas. A área de Ciências da Natureza se apresenta com duas aulas no primeiro ano, três aulas do segundo, terceiro, quarto, quinto, oitavo e nono ano, quatro aulas para o sexto e sétimo anos.

Nos conteúdos de Ciências Humanas (Geografia e História) no primeiro ano são duas, do segundo ao nono ano são três aulas para disciplina. A área de Educação Religiosa se apresenta com uma aula em todos os anos do Ensino Fundamental. O conteúdo de Arte se apresenta com uma aula nos anos iniciais e somente uma no oitavo e nono anos e o conteúdo de Educação Física se apresenta com duas aulas da Educação Infantil ao nono ano.

O Currículo, em seus conteúdos e nas formas pelas quais se nos apresenta e se apresenta aos professores e aos alunos, é uma opção historicamente configurada que se sedimentou dentro de determinada trama cultural, política, social e escolar; está carregado, portanto, de valores e pressupostos que é preciso decifrar, o que pode ser feito tanto a partir de um nível análise político-social, quanto a partir do ponto de vista de sua instrumentação “mais técnica”, descobrindo os mecanismos que operam em seu desenvolvimento dentro dos campos escolares (SACRISTAN, 1998, p.17).

A parte diversificada do currículo desta escola é a Língua Estrangeira Moderna, o Inglês. Apresenta-se com uma aula no quarto e quinto anos e duas aulas do sexto ao nono ano; Música e psicomotricidade se apresentam com duas aulas só no primeiro ano. O conteúdo de Ciências Humanas, conteúdo Natureza e Sociedade apresentam-se com uma aula semanal, só no primeiro ano.

O conteúdo de Desenho Geométrico foi incorporado ao conteúdo de Matemática por serem áreas afins, isto foi acordado entre a Secretaria Municipal de Educação juntamente com todos os diretores da Rede Municipal seguindo reivindicação dos profissionais da área.

A carga horária é de vinte cinco aulas semanais, oitocentas horas/aulas anuais do primeiro ao quinto ano e oitocentas e trinta e três horas e vinte minutos do sexto ao nono, perfazendo um total de duzentos dias letivos. São quarenta semanas com cinco dias e duração do recreio de quinze minutos com duração do turno de quatro horas e quinze minutos para os anos iniciais do ensino fundamental e quatro horas e vinte e cinco minutos do sexto ao nono ano.

Apesar do currículo não ser elaborado dentro da Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite, ele é visto como um importante instrumento em constante transformação sendo eficaz dentro das políticas pedagógicas da escola cabendo a todos os membros da Comunidade Escolar analisar, avaliar e modificar de forma que ele seja adaptado à realidade da instituição. É um documento flexível, sujeito às mudanças e reflete a concepção de educação.

Considerando que caberia ao Estado determinar uma base comum de conhecimentos que organizasse o sistema de ensino [...] a pedagogia dos conteúdos colocava-se a favor de programas oficiais a serem desdobrados pelos professores, consideradas as condições da escola, as experiências dos alunos, bem como as situações didáticas específicas às diferentes séries e materiais. (MOREIRA, 2010, p.112).

No caso específico desta escola, o corpo docente se dispõe, se capacita e reformula o currículo com base nas perspectivas e necessidades da comunidade. Esta reformulação é importante para que o currículo não seja lançado de cima para baixo na escola, como é determinado pelo governo, cabendo a ela "apenas seguir ou resistir a esse pacote" [...], conforme afirma Moreira (2010).



O Plano Curricular (Anexo A) é elaborado e modificado em consonância com as conveniências didático-pedagógicas e com as determinações legais, em reuniões específicas a partir da avaliação, do monitoramento e da prática dos professores. Sabe-se porém, que construir o currículo não é tarefa fácil e certamente requer dos profissionais nova postura, novos saberes, novos objetivos, novos conteúdos, novas estratégias e novas formas de avaliação.

## 4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

Tempo escolar representa o tempo que o aluno passa numa instituição. Esse tempo deve ser organizado para evitar o desperdício e ser usado de forma construtiva para diminuir a fadiga e a ansiedade. O bom uso do tempo deve ser de primordial importância, porque não são as horas trabalhadas que irão fazer a diferença, mas sim à clareza dos objetivos propostos, por isso a escola deve elaborar com frequência atividades extracurriculares.

Tanto o tempo quanto os espaços da escola refletem as crenças, desejos, anseios e as metas do grupo e ambos fazem parte da ordem escolar. Assim, a escola precisa delimitar ou controlar em anos, ciclos, séries, horários, relógios, sinais, pátios, trabalhos em grupo ou individual, etc. Deve ser entendido como um instrumento importante no ensino aprendizagem.

A organização social do tempo é um elemento que reflete e constitui as formas organizacionais mais amplas de uma dada sociedade. Dentro do meio de organização do tempo social destaca-se o tempo de escola que, sendo a mais importante referência para a vida das crianças e adolescentes tem sido, no mundo contemporâneo, um pilar para a organização da vida em família e da sociedade em geral. (CAVALIERE, 2007, p.1015).

A divisão do tempo escolar na Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite é feita com toda a equipe da Secretaria Municipal de Educação, gestores da rede municipal e estadual, equipe pedagógica, representantes de pais e alunos para a elaboração do calendário escolar anual. Ele é composto de duzentos dias letivos, com oitocentas horas/aula da Educação Infantil ao quinto ano e oitocentos e trinta e três horas e vinte minutos do sexto ao nono ano, onde é previsto início e término do ano letivo com trinta dias de férias escolares, feriados, recessos, festa junina, momento cívico, dia escolar para treinamento e planejamento pedagógico.

O tempo escolar é, portanto, concomitantemente, um tempo pessoal e um tempo institucional e organizativo. Podendo ser considerado como um poderoso instrumento no processo educacional já que, nele, a aprendizagem e a história podem ser compreendidas não só como um processo de seleções e opções, de ganhos e perdas, mas sim, como um processo de avanços e progressos; um tempo construído social e culturalmente (FRAGO, 1995).

A construção do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite, leva em conta o conhecimento da comunidade escolar em ciclos e anos e é marcado por períodos fixos. Não há mais retenção ao final de cada ciclo e de acordo com a Lei 2197/12, mesmo constando no Regimento Escolar a existência de retenções no terceiro, quinto e nono anos, depois de esgotadas todas as possibilidades de recuperação paralela, final, estudos independentes e progressão parcial uma vez que ainda não houve mudança no Regimento Escolar.

As turmas são agrupadas obedecendo a critérios como idade, nível de escolaridade e de aprendizagem, procurando formar grupos heterogêneos para valorizar a diversidade cultural. O calendário dessa instituição está organizado com cento e sete dias no primeiro semestre, noventa e três dias letivos no segundo semestre, sete dias escolares perfazendo um total de duzentos e sete dias compondo o ano escolar. (Anexo B)

A duração do módulo/aula do primeiro ao quinto ano é de quarenta e oito minutos com um recreio de quinze minutos, com duração de aula/dia de quatro horas e quinze minutos. O módulo/aula do sexto ao nono ano é de cinquenta minutos com recreio de quinze minutos, com duração de aula/dia de quatro horas e vinte e cinco minutos e as aulas de Educação Infantil têm a duração de quatro horas e quinze minutos com um recreio de quinze minutos.

A equipe pedagógica se reúne semanalmente para estudar e planejar atividades da semana e trocas de experiências. Estudar os cadernos do Centro de Alfabetização Leitura e Escrita (CEALE) Guia do alfabetizador, Currículo Básico Comum (CBC) e outros. Enfim, espaço e tempo são duas dimensões organizacionais e de ações que se concretizam e indicam o caráter estrutural das concepções e das práticas pedagógicas no âmbito dessa instituição.

Nessa perspectiva, espaço e tempo não podem ser entendidos como neutros, representam uma construção social que expressa às relações que neles se desenvolvem, exteriorizam intenções individuais e coletivas que modificam e constroem o ambiente, favorecendo um ambiente educativo fundamental à formação do sujeito.

## 5. PROCESSOS DE DECISÃO

É de fundamental importância que se articule no interior da escola o envolvimento de todos os participantes da comunidade escolar na organização, na tomada de decisões, tanto nas esferas administrativas quanto nas pedagógicas para que o Projeto Político Pedagógico e o Plano Desenvolvimento da Escola tornem a gestão democrática, verdadeiramente efetiva. Essa participação somente ocorre se houver uma integração escola/família/comunidade.

O Processo de Decisão Escolar eleva os padrões de eficiência e de autonomia financeira, objetivando promover a melhoria do ensino, através do incentivo à participação de toda comunidade escolar para “transformar a visão de escola em realidade”. Ele deve partir do âmbito individual para o coletivo. Se por decisão individual se entende que cada indivíduo “decide por si”, no qual o objetivo é a busca da felicidade, a decisão coletiva são decisões não individuais, cujo resultado decorre da agregação das preferências individuais de cada componente do grupo, em busca da sobrevivência do mesmo (BOBBIO, 1995, p. 309).

O autor lembra que para realizar um ensino de qualidade e cumprir com seu objetivo, as escolas devem buscar um novo olhar pedagógico, valorizando os agentes escolares e suas experiências, rompendo os padrões pré-estabelecidos. Deve-se repensar os tempos escolares, os conceitos, os arquétipos e até os padrões disciplinares.

A Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite, procura envolver a comunidade escolar na participação democrática e no processo decisório que é tomado de forma compartilhada com todos os envolvidos, priorizando a todos os projetos que têm iniciativa na escola, na Secretaria Municipal de Educação, no governo Municipal, Estadual e Federal.

Todos os envolvidos da comunidade escolar participam das assembleias, reuniões, palestras, entrega de resultados bimestrais caracterizando-se assim uma gestão participativa e democrática.

Por esse motivo, a democracia na escola, precisa ser mantida como um produto inacabado, em permanente construção, como um desejo irrealizável em permanente estado de pulsão, instrumentalizado pelo seu conteúdo inconcluso, a possibilidade de manutenção do grupo, que sobrevive sustentado pela ilusão do ideal democrático (FORTUNA in: BASTOS, 2000 p. 121).

O Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite inicia-se com entrevistas aos alunos, pais, corpo docente, administrativo e pedagógico. De posse de todas as informações, a equipe e os demais membros da comunidade escolar se encontram também mensalmente para discutir, organizar e avaliar os processos e etapas de elaboração do documento, buscando sempre consenso nas tomadas de decisão.

Na elaboração deste documento, percebe-se que o Conselho Escolar tem um forte poder de decisão em relação às questões cotidianas e também em relação à estrutura política e financeira, participando das reuniões mensais para deliberação e aprovação de prestação de contas relativas ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

Para Xavier (2000, p.15), “a liderança da escola deve estar fundamentada num processo democrático em que os líderes compartilham decisões com professores, pais, alunos e comunidade, visando atingir um nível superior de desempenho da escola”. Assim o Conselho desta escola também é formado. São representantes de todas as esferas, tanto administrativa, quanto pedagógica e financeira como pais, professores e alunos que tornam-se assim, responsáveis pelas decisões e pela garantia de uma prática pedagógica eficiente e de qualidade.

Os representantes dos diversos segmentos reúnem bimestralmente para discutir e elaborar suas ações que estão sempre voltadas para o desenvolvimento afetivo/social e cognitivo dos sujeitos. As decisões tomadas no interior da instituição, por sua vez, são socializadas com os demais envolvidos no processo educativo.

O Conselho de Classe é composto pelo gestor que é um cargo de confiança, indicado pelo Prefeito Municipal e pela equipe pedagógica e educadores que atuam do sexto ao nono ano. Reúnem-se bimestralmente para estudar, avaliar e analisar a aprendizagem de cada aluno e os resultados para que possam intervir no processo ensino-aprendizagem buscando possíveis soluções para sanar as deficiências.

O Caixa Escolar, que também caracteriza os processos de decisão da escola, é composto por membros efetivos e suplentes (no caso de faltar algum membro) de vários segmentos desta instituição e da comunidade escolar. Ele tem como função avaliar, deliberar, fiscalizar as prestações de conta sobre assuntos relativos ao

Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e tem como membros: um presidente representado pelo gestor, um vice presidente, três conselheiros deliberativos, três conselheiros fiscais e um secretário.

Ao final de cada semestre é feita uma avaliação da instituição escolar sobre aspectos administrativos e pedagógicos com todos os funcionários presentes com documentação formalizada. O Conselho de Avaliação de Desempenho Profissional tem a finalidade de avaliar os funcionários e é composto por membros efetivos e suplentes que já tenham passado do estágio probatório, com ata lavrada. Tem como membros: o gestor, o vice diretor, um representante da equipe pedagógica por turno, um secretário, um representante de professor por turno e um funcionário por setor.

Enfim, nas tomadas de decisão da escola é preciso à participação consciente com um pleno exercício democrático, onde os espaços são conquistados dia após dia, como uma luta constante, um processo inacabado, como desejo a ser realizado.

## 6. RELAÇÕES DE TRABALHO

Os membros de uma comunidade escolar não podem agir isoladamente como profissionais e mesmo socialmente, mas sim como parte de uma equipe que objetiva uma educação de qualidade. Afinal, a comunidade escolar participa constantemente de grupos sociais diferenciados e precisa manter uma interação social compartilhada. É exatamente a compreensão da natureza dessas relações humanas que permite evoluir consideravelmente nos resultados que a escola almeja alcançar.

A História do homem é uma história de lutas e desafios, diante de si e diante da adversidade. História se escreve com muitas mãos, muitas cabeças, muitos corações. O homem é social. É fruto do equilíbrio de suas relações. Educar é ajudar o homem a adaptar-se, diante do desconhecido que nos espera. (ABDALLA, 2000, p. 7).

Na escola democrática, o trabalho dos profissionais da educação deve ser coletivo e de qualidade. Não há espaço mais para o individualismo, mas para o trabalho integrado e isso implica mudanças radicais que passam pela formação do professor, pela concepção do trabalho pedagógico e transforma consideravelmente a rotina da escola. De acordo com Xavier (2000), uma escola de qualidade:

[...] é aquela que desenvolve relações interpessoais, que conduz a atitudes e expectativas positivas em relação aos alunos, que dispõe de recursos humanos com formação adequada, que dispõe de material escolar e didático necessário, de instalações de qualidade e condições adequadas de funcionamento. De processos definidos e organizados em função dos objetivos da escola.

Impossível falar em qualidade de ensino sem falar da formação do professor e neste sentido, a Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite dispõe de recursos humanos com formação adequada. Possui em seu quadro cem por cento de seus professores com graduação, e oitenta e dois por cento de pós graduação.

O bom relacionamento e a motivação no trabalho são também muito importantes. Às vezes se depara com o cansaço, o desânimo e motivar é sempre fundamental para a construção de novas formas de relações, com espaços abertos à reflexão e ao diálogo entre os diversos segmentos da escola para que juntos possam alcançar a

meta desejada. Traçando esse objetivo, a Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite juntamente com as escolas do município e SME, promove cursos de capacitação para os profissionais da educação e o objetivo é elevar a auto-estima e melhorar as relações para que estas se pautem na solidariedade, reciprocidade, respeito e participação coletiva.

Os direitos, deveres, limites e normas considerados básicos nessas relações são definidos de forma democrática e coletiva na escola em estudo. Afinal, uma relação de trabalho não pode ser solitária, precisa de uma pequena dose de competitividade, na qual o diálogo e a cooperação são importantes para o desenvolvimento do trabalho. O papel do gestor nesse caso é fazer com que a instituição atinja seus objetivos com harmonia de forma democrática e colegiada.

Sabe-se da necessidade de aprimorar cada vez mais a interação família/escola através de projetos que envolvem a comunidade a participar da vida da criança na escola. Esta instituição realiza encontros com a comunidade escolar durante o ano com palestras cujos temas são direcionados às relações familiares e na ocasião, também esclarece quanto ao nível de aprendizagem e relacionamento dos seus filhos. As famílias participam também dos eventos tradicionais como a festa junina, festa da família e outras.

Conforme Vasconcelos, apud Freire (2005 p. 2), “a escola enquanto instituição educativa desempenha um papel fundamental, sendo palco das diversas situações que propiciam esta interação principalmente no que tange à sua dimensão socializante, a qual prepara o indivíduo para a convivência em grupo e em sociedade”.

Para resolver os conflitos entre funcionários, o gestor reúne com sua equipe e funcionário em particular onde é exposta a situação, buscando juntos as possíveis soluções. E se necessário uma segunda conversa, sempre registrada em ata. Se ainda assim o problema persiste, o funcionário assina uma advertência e é encaminhado para a Secretaria Municipal de Educação para que o problema seja solucionado.



E quando acontece conflito aluno/aluno e professor/aluno o gestor reúne com sua equipe e tenta solucionar. Se há reincidência do fato, os pais são comunicados e juntamente com o gestor, tentam solucionar o problema registrando o fato em livro próprio. Se ainda assim o problema persiste é informado aos pais sobre a suspensão do aluno por dois dias consecutivos, com documentação formalizada e dentro das normas previstas no Regimento Escolar. Mas somente em casos de extrema necessidade.

É importante salientar que a escola não representa um espaço educacional isolado. Enquanto instituição, ela precisa buscar parcerias visando à integração com a comunidade e os primeiros parceiros são os pais e/ou os responsáveis pelos alunos. Dentro da escola, as relações são imprescindíveis para o bom funcionamento didático, pedagógico e pessoal. É preciso ética, solidariedade, respeito, compromisso e o envolvimento de toda comunidade escolar.

## 7. AVALIAÇÃO

A definição do termo “avaliação” presente na Lei nº 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) é demasiadamente ampla. No contexto contemporâneo da educação brasileira, e conforme o Guia do diretor escolar (s.. p.32): “avaliação realiza-se em diferentes instâncias do sistema educacional e apresenta várias modalidades e dimensões variadas que lhe confere múltiplos significados e imprime caráter complexo” e contraditório ao termo:

Entre as várias modalidades que compõem o conjunto de práticas avaliativas no campo da “avaliação” destacam-se a “avaliação sistêmica” realizada no âmbito dos sistemas de ensino, a “avaliação do desempenho profissional e institucional”, destinada às instituições e aos profissionais da educação, e a “avaliação escolar ou pedagógica” que pode ser analisada de acordo com o debate contemporâneo sobre esse tema, com base em duas perspectivas teóricas divergentes, a saber: a “avaliação classificatória” e “avaliação formativa”. É para essa última modalidade de avaliação que converge à atenção de grande parte dos educadores e pesquisadores em educação, por caracterizar-se como uma das ações centrais do processo ensino aprendizagem. (BRASIL, s.d. p. 380)

As maneiras que se pode avaliar um aluno são as mais diversas. Internamente a escola realiza avaliações em sala de aula que podem ser diárias, mensais, bimestrais; realizadas de maneira individual, em duplas ou grupos; através de provas, pesquisas, trabalhos ou anotações; avaliasse também o compromisso e participação dos alunos durante as aulas, etc., o que permite a intervenção pedagógica imediata e a aprendizagem no tempo real. Ao final das etapas do ano letivo, deve atribuir aos alunos uma nota ou conceito que é uma somatória de cada um dos instrumentos usados.

Quando se fala em avaliação, a primeira impressão que dá é de uma sala cheia de alunos fazendo provas. Porém, essa não é uma prática apenas escolar. A avaliação é um processo que faz parte da vida. Quando o sujeito recebe um elogio ou uma crítica é porque é avaliado em alguma coisa. Podem-se avaliar várias coisas em uma pessoa, como o comportamento, a maneira como se organiza seu jeito de falar e de agir, onde são criados (pré) conceitos sobre esta pessoa, causados pelas impressões que a mesma transmite.

Na Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite a avaliação se faz presente e necessária, como forma de “medir” o aprendizado do aluno de forma individual e coletiva através de provas, exercícios, questionários, estudos dirigidos, trabalhos, testes, entre outros. A avaliação da aprendizagem é feita de forma participativa, contínua, diagnóstica, formativa, somativa, paralela e de forma democrática.

O gestor da escola deve assegurar o cumprimento, pelos educadores, da Resolução SEE/MG nº. 521/2004, que orienta o processo de avaliação: na exigência do aluno com frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas oferecidas no ano letivo; garantia da Progressão Continuada e o tempo destinado ao Ciclo da Alfabetização; Novas Oportunidades de Aprendizagem, tais como os estudos orientados ao longo do processo, estudos orientados presenciais e estudos independentes realizados no período de férias. (BRASIL, s.d. p. 41)

A avaliação externa, bem como o próprio nome já diz, trata-se de uma prova elaborada ou encomendada por algum órgão público educacional com objetivo de observar possíveis desigualdades existentes na aprendizagem dos alunos e a partir de uma escala, nota ou conceito; seja ela municipal, estadual ou federal; elaborar ações que visem minimizar as diferenças existentes e criar políticas públicas que alavanquem o desempenho de escolas classificadas abaixo da média estabelecida, segundo os resultados pelos alunos na realização do teste.

Existem hoje, conforme O Guia do Especialista em Educação Básica (s.d, p. 1800), os seguintes sistemas de avaliação externa: “Sistema Nacional da Avaliação da Educação Básica (SAEB); Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB), que é amostral; Avaliação Nacional do Rendimento Escolar ou Prova Brasil (ANRESC), como avaliação censitária; Sistema Mineiro de Avaliação da Escola Pública (SIMAVE); Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica (PROEB); Programa de Avaliação da Alfabetização (PROALFA); Programa de Avaliação de Aprendizagem Escolar (PAAE); Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)”.

Vale salientar que em 2010 o IDEB da Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite foi de 5,4; em 2011 avançou para 5,7 e em 2012 alcançou a nota de destaque sendo a maior do município e colocando a escola na posição de Escola Modelo do Município de Nova Serrana. Os alunos avaliados são dos anos iniciais e finais. Esse

indicador aponta o desempenho dos mesmos, de todos os profissionais envolvidos nessa gestão e também da comunidade.

Aponta também o envolvimento e acompanhamento da qualidade do ensino que se efetiva no conselho escolar. Este espaço tem como objetivo discutir, refletir, analisar e avaliar o processo de ensino e aprendizagem dos alunos e fornecer dados para o direcionamento dos professores, pedagogos e equipe gestora. A expectativa é que na próxima avaliação os indicadores sejam ainda melhores.

É preciso garantir o espaço e o tempo necessários para que os profissionais possam realizar reuniões periódicas de avaliação, planejamento e acompanhamento do processo educativo, que são realizadas nos encontros semanais de módulo II. A cada semestre, a equipe gestora, pedagógica e membros da comissão de avaliação se reúnem com todos os profissionais da escola para realizarem a avaliação de desempenho individual, onde são definidos os direitos, deveres, limites e normas estabelecidos no plano de carreira de cada setor da educação.

A auto-avaliação é um processo que exige uma tomada de consciência. À medida que as escolas iniciarem suas auto-avaliações haverá maior facilidade em obter subsídios das avaliações externas, de tal forma que o processo avaliativo cumpra a sua função: mudar o que precisa ser mudado e melhorar o que precisa ser melhorado (LOCATELLI, 2001, p. 1)

A avaliação institucional a cada semestre através de reuniões com toda a equipe escolar buscando a qualidade na sua estrutura administrativa e pedagógica. Assim, identificam-se os pontos que precisam melhorar e as propostas de mudança, tudo com documento comprobatório em ata assinada pelos presentes. A avaliação se apresenta desta forma como o retrato da escola, demonstra a educação que ali se aplica, desvela a concepção de escola, de homem, de mundo e de sociedade.

A classificação e reclassificação são feitas quando necessário obedecendo ao que consta no Regimento Escolar e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-9394/96, nos artigos vinte e três e vinte e quatro. São feitas mediante a execução de planejamentos e avaliações definidas pelos professores e especialistas e as notas de aproveitamento são registradas em livro próprio e anexadas junto à pasta do aluno com as avaliações e o embasamento legal.

A avaliação e reelaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite faz-se acontece a cada ano, através de

reuniões com todos os segmentos da comunidade escolar e de modo especial com os pais e alunos. São discutidos os objetivos, as ações, metas e estratégias adequadas à realidade. Enfim, o processo avaliativo, embora muitas vezes desgastante e embora deixe de considerar grandes avanços que não podem ser quantificados, cria e estabelece um parâmetro, um conhecimento, que serve para todos os avaliados, sobre o que já se conquistou e que pretende-se conquistar no ambiente escolar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Não podemos saber o que nos espera no futuro, mas podemos escolher o caminho certo para fazê-lo.”*

AUTOR DESCONHECIDO

Sabe-se que o Projeto Político Pedagógico (PPP) de uma escola representa uma busca, uma construção. Representa a busca, o conhecimento e a participação de todos os seus segmentos e da comunidade onde está inserida. Ele indica o caminho em busca pela qualidade e transforma os sujeitos em cidadãos capazes de exercer plenamente a cidadania. Durante todo processo de construção, vive-se intensa movimentação na escola, permeada por momentos de troca, ansiedade, medo e alegria. Mas são as dificuldades que impulsionam os avanços democráticos e formativos no âmbito desta instituição.

Vale à pena insistir em um processo em que a escola seja a autora do seu Projeto. A sensibilização à cultura do registro do pensado e vivido pela escola e dentro de alternativas criativas para problemas cristalizados no cotidiano; o aumento do interesse da escola em conhecer melhor sua comunidade; a busca de processos mais democráticos e, em especial, o aguçamento da crítica e autocrítica pautadas no respeito às diferenças, em relação às práticas de gestão e à atuação dos órgãos colegiados, dentro e fora da escola, são pontos fundamentais para o avanço democrático e formativo no âmbito das escolas. (OLIVEIRA, 2010)

O Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite representa uma conquista porque é fruto de pesquisas, estudos, diálogos, reuniões, debates, questionamentos e considerações de vários autores e embasamentos legais para a construção da sua identidade.

Este trabalho ratifica a instituição como espaço de diálogo, onde todos os sujeitos são estimulados ao exercício da escolha, nas pequenas e grandes ações, de modo que aprendam a cultivar valores e a refletir sobre eles. Este é o resultado de um esforço coletivo, contínuo, solidário e paciente onde os pais, educadores e outros envolvidos no processo buscam preparar as crianças para serem bem sucedidas, proporcionando-lhes não apenas competência técnica, mas também a formação

para a cidadania. Representa enfim, a busca pela construção de uma escola de qualidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALLA, Carlos. **Projeto Político Pedagógico**, Colégio Roberto Carneiro. Divinópolis, 2000.

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar**. 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/UFMG. Acesso em 05/05/2013

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.

BRASIL, **Como Elaborar o Plano de Desenvolvimento da Escola**. MEC – FNDE, Diretoria de Assistência a Programas Especiais do Fundo de Fortalecimento da Escola, 2010.

CAVALIERE, Ana Maria. **Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública**. Revista Educação e Sociedade. Campinas, Vol. 28, n. 100 – Especial p. 1015 – 1035, out. 2007

DOURADO, Luiz Fernandes (org.); OLIVEIRA, João Fernando; SANTOS, Catarina Almeida. Brasil: MEC/ INEP. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/UFMG. Acesso em 05/05/2013.

ESCOLA DE GESTORES – MEC. **A avaliação da aprendizagem, avaliação institucional e gestão escolar: a síntese necessária**. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 05/05/2013.

FORTUNA, M. L. A. **Gestão Democrática na Escola Pública: uma leitura sobre seus condicionantes subjetivos**. In: Gestão Democrática. Rio de Janeiro: DP & A Editora: SEPE, 2000.

FRAGO, Antonio Vinhão, **História de la educación y história cultural: possibilidade, problemas, cuestiones**. Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, n. 0, p. 63 – 82, set.dez., 1995.

LOCATELLI, BRASIL, **Guia do Diretor Escolar** – SEE – Secretaria do Estado de Educação de Minas Gerais. Instrumento didático destinado à orientação e suporte do trabalho do diretor, p. 1, 2001



LOPES, Alice Casimiro. **Discursos nas políticas de Currículo. Currículo sem Fronteiras**. V.6, n. 2, PP. 33-55, jul/dez 2006. Disponível em: <http://www.org.curriculosemfronteiras/f> Acesso em 05/05/2013.

MASAGÃO, Vera; KALOUSTIAN, Sílvio. **Indicadores da qualidade na educação/** Coordenação geral [de] Vera Masagão; Sílvio Kaloustian. – Versão adaptada para o programa Escola de Gestores da Educação Básica – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005. 60 p.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. **O Campo do Currículo no Brasil: os anos noventa**. 2010. Disponível em: [moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg). Acesso em 05/05/2013.  
NAVARRO, Ignez Pinto (et al). **Avaliação: o processo e o produto**. 2010. Disponível em: [moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg). Acesso em 05/05/2013.

OLIVEIRA, João Ferreira de, et al, **Gestão Financeira Descentralizada: Planejamento, Aplicação e Acompanhamento**. 2010, p.5. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 30/06/10.

PRADO, Maria Elisabete Brisola Brito. **A pedagogia de projetos**. Disponível em: [http://www.eadconsultoria.com.br/matapoio/biblioteca/textos\\_pdf/texto18.pdf](http://www.eadconsultoria.com.br/matapoio/biblioteca/textos_pdf/texto18.pdf). Acesso em 25/05/2013

SACRISTÂN, J.Gimeno. **Compreender e transformar o ensino**. Quatro ed. Porto alegre: Artmed, 1998.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. (et al).. **Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola**. Disponível em: [moodle3.mec.gov.br/UFMG](http://moodle3.mec.gov.br/UFMG). Acesso em 05/05/2013

VASCONCELOS, Mara et al, **Projeto Político Pedagógico Na Educação Infantil – UAB – UFMG – FAE/UFMG**.

VEIGA, I. P. A. **Projeto político-pedagógico: uma construção coletiva**. In: VEIGA, I. P. A. (Org.) Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 15. ed. Campinas: Papirus Editora, 2001. Referência da citação que foi acrescentada!

XAVIER, Antônio C. R. e SOBRINHO J.A. **Como Elaborar o Plano de Desenvolvimento da Escola**. Brasília, MEC, 2000.

\_\_\_\_\_. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) na escola.** 2010. Disponível em: [moodle3.mec.gov.br/UFMG](http://moodle3.mec.gov.br/UFMG). Acesso em 05/05/2013

\_\_\_\_\_. **Níveis de planejamento educacional.** 2010. Disponível em: [moodle3.mec.gov.br/UFMG](http://moodle3.mec.gov.br/UFMG). Acesso em 05/05/2013

\_\_\_\_\_. **Avaliação institucional: A avaliação da escola como instituição.** 2010. Disponível em: [moodle3.mec.gov.br/UFMG](http://moodle3.mec.gov.br/UFMG). Acesso em 05/05/2013

\_\_\_\_\_. **Guia do diretor escolar.** s.d. p.32. Secretaria do Estado de Educação de Minas Gerais. Disponível em: [http://crv.educacao.mg.gov.br/aveonline40/banco\\_objetos\\_crv/%7B8191B7D8-138B-4DA8-A99B-F7853349BCE6%7D\\_Guia%20Diretor.indd.pdf](http://crv.educacao.mg.gov.br/aveonline40/banco_objetos_crv/%7B8191B7D8-138B-4DA8-A99B-F7853349BCE6%7D_Guia%20Diretor.indd.pdf). Acesso em: 25/05/13.

\_\_\_\_\_. **Guia do Especialista em Educação Básica.** s.d. p.18. Secretaria do Estado de Educação de Minas Gerais. Disponível em: [http://crv.educacao.mg.gov.br/aveonline40/banco\\_objetos\\_crv/%7B9C964833-3314-4CEE-BEE1-33B32E0AC451%7D\\_Guia%20Especialista%20VF.indd.pdf](http://crv.educacao.mg.gov.br/aveonline40/banco_objetos_crv/%7B9C964833-3314-4CEE-BEE1-33B32E0AC451%7D_Guia%20Especialista%20VF.indd.pdf). Acesso em: 25/05/13.

\_\_\_\_\_. **Plano de desenvolvimento da Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite.** 2010.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional,** de 20 de dezembro de 1996. Lei n. 9.394/1996. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/legis/default.shtm>. Acesso em: 25/06/10.

\_\_\_\_\_. **Plano de intervenção pedagógica da Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite,** Nova Serrana, 2010.

\_\_\_\_\_. **Regimento escolar da Escola Municipal Maria Alves de Brito Leite.** Nova Serrana, 2010.

\_\_\_\_\_. **Secretaria de Educação Fundamental.** Parâmetros Curriculares Nacionais / Secretaria de Educação Fundamental, Brasília: MEC/SEE, 1997.

\_\_\_\_\_. **Conselho Escolar:** estratégia de gestão democrática. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 30/06/10.

\_\_\_\_\_. **Propostas curriculares alternativas.** 2010. Disponível em: [moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg). Acesso em 05/05/2013.

\_\_\_\_\_. **Formação de profissionais da educação no Brasil:** o curso de pedagogia em questão. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 05/05/2013.

\_\_\_\_\_. **Território e Lugar:** Espaço de complexidade. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 05/05/2013.

\_\_\_\_\_. **O Financiamento da Educação Básica:** Limites e Possibilidades. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 30/06/10.

\_\_\_\_\_. **Guia do Diretor Escolar** – SEE – Secretaria do Estado de Educação de Minas Gerais. Instrumento didático destinado à orientação e suporte do trabalho do diretor, 2000, p.92

## ANEXOS

## ANEXO A - Grade curricular/2013

Plano Curricular – Ensino Fundamental (09 anos) - Ano : 2013																				
LDB 9394/96 de 20/12/96; Res. 219/12																				
Escola Municipal "Maria Alves de Brito Leite" – Rua Quinze, 202 - Itapuã - Nova Serrana - MG Turno: Diurno																				
Áreas de Conhecimento Componentes Curriculares		Ciclos iniciais									Ciclos finais									
		Ciclo da Alfabetização						Ciclo Complementar			Ciclo Intermediário				Ciclo da Consolidação					
		1º ano		2º ano		3º ano		4º ano		5º ano	6º ano		7º ano		8º ano		9º ano			
		AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA			
Base Nacional Comum	Linguagens	Língua Portuguesa	05	160:00	06	192:00	06	192:00	06	192:00	05	166:40	05	166:40	05	166:40	05	166:40		
		Arte	01	32:00	01	32:00	01	32:00	01	32:00	01	32:00	-	-	-	-	01	33:20	01	33:20
		Educação Física	02	64:00	02	64:00	02	64:00	02	64:00	02	64:00	02	66:40	02	66:40	02	66:40	02	66:40
	Matemática		05	160:00	06	192:00	06	192:00	05	160:00	05	166:40	05	166:40	05	166:40	05	166:40	05	166:40
		Ciências da Natureza	02	64:00	03	96:00	03	96:00	03	96:00	04	133:20	04	133:20	03	100:00	03	100:00	03	100:00
	Ciências Humanas	Geografia	02	64:00	03	96:00	03	96:00	03	96:00	03	96:00	03	100:00	03	100:00	03	100:00	03	100:00
		História	02	64:00	03	96:00	03	96:00	03	96:00	03	96:00	03	100:00	03	100:00	03	100:00	03	100:00
		Ensino Religioso	01	32:00	01	32:00	01	32:00	01	32:00	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20
	Parte Divers.	Linguagens	LEM -Inglês	-	-	-	-	-	01	32:00	01	32:00	02	66:40	02	66:40	02	66:40	02	66:40
			Música	02	64:00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Psicomotricidade	02	64:00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ciências Humanas		Natureza e Sociedade	01	32:00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>		25	800:00	25	800:00	25	800:00	25	800:00	25	800:00	25	833:20	25	833:20	25	833:20	25	833:20	
<b>Indicadores Fixos</b>										<b>Observações:</b>										
Ciclos iniciais Módulo aula: 48' (quarenta e oito minutos) Dias Letivos anuais: 200 (duzentos) Semanas Letivas: 40 (quarenta) Carga Horária Anual: 800 horas Duração do turno: 4:15' (quatro horas e quinze minutos) Duração do recreio: 15' (quinze minutos)					Ciclos finais: Módulo aula: 50' (cinquenta minutos) Dias Letivos anuais: 200 (duzentos) Semanas Letivas: 40 (quarenta) Carga Horária anual: 833:20 Duração do turno: 4:25' (quatro horas e vinte e cinco minutos) Duração do recreio: 15' (quinze minutos)					Lei 12.491/07 – Orientação Sexual integrada ao conteúdo de Ciências. Lei 12.767/08 – Estudos sobre Direitos Humanos permeiam todos os conteúdos. Lei 9.795/99 – Educação Ambiental integrada a todos os conteúdos, especialmente Geografia e Ciências. Lei 13.411/99 – Estudos sobre dependência química e consequências do uso de drogas permeiam todos os conteúdos. Lei 11.645/08 e SEE nº 1158/08 – História e Cultura Afro- Brasileira e dos povos indígenas brasileiros permeiam todos os conteúdos, em especial, Arte, História e Língua Portuguesa. Lei 11.525/07 e Res. SEE 1307/09 - Os conteúdos referentes ao Direito das Crianças e Adolescentes serão ministrados em todo o currículo escolar, em especial em Língua Portuguesa, Geografia e História. Lei Federal 11769/08 – Música - conteúdo obrigatório do ensino de Arte. Serão tratados, permeando todo currículo, temas transversais relativos à saúde, vida familiar e social, direitos dos idosos, educação para consumo, educação fiscal, educação para o trânsito, trabalho e tecnologia, diversidade cultural, higiene bucal e educação alimentar e nutricional.										
<b>Legenda:</b> AS – Aulas Semanais CHA – Carga Horária Anual					<b>Diretor:</b> _____ <b>Inspetor:</b> _____															

## ANEXO B - Calendário escolar/2013

**CALENDÁRIO ESCOLAR: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL  
2013**

JANEIRO							FEVEREIRO (16)							MARÇO (19)						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
		1	2	3	4	5					1	2						1	2	
6	7	8	9	10	11	12	3	4	5	6	7	8	9	3	4	5	6	7	8	9
13	14	15	16	17	18	19	10	11	12	13	14	15	16	10	11	12	13	14	15	16
20	21	22	23	24	25	26	17	18	19	20	21	22	23	17	18	19	20	21	22	23
27	28	29	30	31			24	25	26	27	28			24	25	26	27	28	29	30
														31						

  

ABRIL (22)							MAIO ( )							JUNHO (21)							
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	
		1	2	3	4	5	6				1	2	3	4							1
7	8	9	10	11	12	13	5	6	7	8	9	10	11	2	3	4	5	6	7	8	
14	15	16	17	18	19	20	12	13	14	15	16	17	18	9	10	11	12	13	14	15	
21	22	23	24	25	26	27	19	20	21	22	23	24	25	16	17	18	19	20	21	22	
28	29	30					26	27	28	29	30	31		23	24	25	26	27	28	29	
														30							

  

JULHO (15)							AGOSTO (20)							SETEMBRO (21)							
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	
		1	2	3	4	5	6					1	2	3	1	2	3	4	5	6	7
7	8	9	10	11	12	13	4	5	6	7	8	9	10	8	9	10	11	12	13	14	
14	15	16	17	18	19	20	11	12	13	14	15	16	17	15	16	17	18	19	20	21	
21	22	23	24	25	26	27	18	19	20	21	22	23	24	22	23	24	25	26	27	28	
28	29	30	31				25	26	27	28	29	30	31	29	30						

  

OUTUBRO (18)							NOVEMBRO (20)							DEZEMBRO ( )							
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	
			1	2	3	4	5						1	2	1	2	3	4	5	6	7
6	7	8	9	10	11	12	3	4	5	6	7	8	9	8	9	10	11	12	13	14	
13	14	15	16	17	18	19	10	11	12	13	14	15	16	15	16	17	18	19	20	21	
20	21	22	23	24	25	26	17	18	19	20	21	22	23	22	23	24	25	26	27	28	
27	28	29	30	31			24	25	26	27	28	29	30	29	30	31					

  

Feriados		Início e Término - Ano Letivo
Férias		Dia Letivo (Festa Junina e Dia da Independência do Brasil)
Início e Término - Ano Escolar	☺	Dia Nacional da Consciência Negra
Recesso Escolar		Dia Escolar - Planejamento e Formação Continuada
Recesso para os Professores		

  

Dias Letivos - 1º Semestre	
Dias Letivos - 2º Semestre	
Dias escolares	6
Total de dias letivos	200
Ano Escolar	206
Dias Semanais	5
Semanas Letivas	40

Conselho de Classe no final de cada bimestre cumprir no Módulo II.

Obs.: O Momento Cívico será toda sexta-feira.